BREVES

CABECEIRAS APROVA EMPRÉSTIMO PARA OBRAS DE SANEAMENTO

AMBIENTE A Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, liderada por Francisco Alves, acaba de autorizar a contratação do empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 220.152,47 euros, por 15 anos, para financiamento das obras de saneamento de Chacim, Senhora de Fátima e Outeiro, para o saneamento de Alvite e Faia e, ainda, para saneamento em Pena Redonda, Outeiro. As obras serão comparticipadas por Fundos Europeus no âmbito do Poseur (Ciclo Urbano de Água). O processo será agora remetido à Assembleia Municipal.

Durante a sessão de quinta-feira também foram aprovados, por unanimidade, três novos apoios à natalidade, um pedido de isenção de taxas de legalização e construção de instalações agropecuárias, tendo sido igualmente declarada a caducidade de um processo de obras. Além disso, também foi autorizada a constituição de comissão de vistorias para a realização das vistorias previstas no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

De entre outros assuntos, por unanimidade, foram aprovados dois pedidos de cedência de transporte, um efetuado pelo Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto e outro pela Fábrica de Santo André de Painzela; dois pedidos do Agrupamento de Escolas e do Instituto do Emprego e Formação Profissional para cedência de instalações; bem como a celebração de dois protocolos de cooperação com a Associação Encanto Radical, um para a execução do plano de desenvolvimento desportivo no Município e outro para a execução de trabalhos de limpeza, manutenção e animação dos percursos pedestres no concelho.

VIII FEIRA AFONSINA COM BALANÇO POSITIVO

GUIMARÃES Milhares de pessoas passaram, entre os dias 21 e 24 de junho, pelo centro histórico de Guimarães, para participarem nas sete áreas temáticas da VIII Feira Afonsina.

Sob o tema "Tratado de Zamora", as sessões recriaram este momento histórico no Paço dos Duques de Bragança e estiveram sempre lotadas. O "Torneio", que recriou a batalha de cavaleiros e guerreiros, também registou lotação esgotada nas edições de sexta-feira e sábado, com cerca de mil pessoas por dia. A sessão de quinta-feira foi cancelada devido ao mau tempo.

«Foram quatro dias intensos que recuaram Guimarães ao passado, num regresso à Idade Média, revisitando o 'Tratado de Zamora' e o papel importante de D. Afonso Henriques. As pessoas sentiram esse espírito e foi com agrado que registamos a visita de milhares de pessoas que foram surpreendidas em cada praça e cada rua», apontou a vice-presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Adelina Pinto, no balanço de mais uma edição da Feira Afonsina.

DECO DENUNCIA «CONTRATOS DE CONCESSÃO DESEQUILIBRADOS»

Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde cobram as tarifas mais elevadas

Os municípios de Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde são os que cobram tarifas mais elevadas pelo abastecimento de água, através de contratos de concessão com entidades gestoras, que «penalizam» os consumidores, revelou ontem a Deco Proteste.

O preço da água em Santo Tirso é de 240,61 euros por 120 metros cúbicos

«A esmagadora maioria dos municípios com as tarifas mais elevadas têm contratos de concessão com entidades gestoras», avançou a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), advogando que são «contratos de concessão desequilibrados – denunciados em 2014 pelo Tribunal de Contas –», em que as «cláusulas, muitas vezes, preveem consumos futuros de água que dificilmente se concretizarão, pela desproporção da estimativa».

Neste sentido, as previsões «economicistas irrealistas» dos contratos de concessão com entidades gestoras acabam por fazer com que o consumidor pague um «preço alto» pelo abastecimento de água.

De acordo com os dados da associação, os municípios mais caros no abastecimento anual de 120 metros cúbicos de água – preços sem IVA [imposto sobre o valor acrescentado] – são Santo Tirso (240,61 euros), Trofa (240,61 euros), Vila do Conde (238,87 euros), Gondomar (210,63 euros), Carregal do Sal, Tondela, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Santa Maria da Feira (estes últimos concelhos a 209,16 euros).

«Para reduzirem o peso imputado ao consumidor, as câmaras de Trofa e de Santo Tirso estabeleceram um protocolo com a concessão (Indaqua Santo Tirso/Trofa) e passaram a comparticipar parte da tarifa variável», apurou a Deco Proteste, indicando que o preço no abastecimento de água baixou nestes dois municípios de 2017 para 2018, de 253,31 euros para 240,61 euros.

Igualmente «preso» a um contrato com uma concessionária, o município de Paços de Ferreira «quebrou as amarras em relação àquelas cláusulas desequilibradas e o preço da tarifa baixou substancialmente», apontou a associação, explicando que «a despesa foi cortada em metade», passando de 226,56 euros em 2017 para 121,68 euros em 2018.

Em relação à transição entre um gasto anual de 120 para 180 metros cúbicos, considerando peso global da fatura (abastecimento, saneamento e resíduos), «em 2018, tal como em 2017, paga-se, em 17 municípios, mais de 160 euros anuais quando o gasto anual aumenta», com o município do Fundão a registar o maior salto: sobe de 342,88 euros para 655,70 euros, um acréscimo de 312,82 euros.

«A diferença de custo entre um consumo e outro é abissal», afirmou a Deco Proteste, concluindo que «poupar água compensa mesmo».

Sobre o tarifário social no acesso à água, a associação considerou que «é incompreensível a lógica subjacente à atribuição da tarifa social, quando cada município decide quase a bel-prazer a respetiva implementação ou não, bem como a lógica da aplicação».

Relativamente às tarifas de saneamento, «a estrutura não é uniforme», já que «não há uma linha condutora na forma de calcular as tarifas», referiu a Deco Proteste, acrescentando que, apesar de ser aplicada em quase todos os municípios (à exceção de cinco no Continente e 12 nos Açores), a forma de cálculo é bastante diversificada.

«Em 85 autarquias é claro que a tarifa se baseia na aplicação de um coeficiente de caudal ao custo da água consumida. Ou seja, só se paga o tratamento de uma parcela da água gasta. Mas o problema é que o coeficiente não está uniformizado. Muitas vezes, é cobrado o tratamento de toda a água consumida, quando parte não chega a ir para o esgoto», advogou a associação.

No que diz respeito aos resíduos sólidos, a Deco Proteste defendeu a aplicação de «um método de cálculo mais justo e equitativo para os resíduos – o PAYT (de Pay As You Throw ou, em português, "pagar o que deita fora") –, que exclui a quantidade de água para calcular a parcela dos resíduos», revelando que Guimarães é a cidade pioneira na cobrança da tarifa dos resíduos com base no lixo produzido.

Redação/Lusa